



CIMLT

COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA LEZÍRIA DO TEJO

Órgão: Assembleia Intermunicipal da CIMLT

ATA N.º 5

27 de abril de 2015

Assunto: Sessão Ordinária

Início da sessão: 21h30 horas

Término da sessão: 00h00 horas

Presidente da Mesa: Francisco Madelino
Vice-Presidente da Mesa: José Luís Cabrita
Secretário da Mesa: Ramiro Matos



el.
[Handwritten signature]

----- ATA N.º 5 -----

---Aos vinte e sete dias do mês de abril do ano de dois mil e quinze, na sala de reuniões do Centro de Serviços da Lezíria do Tejo, edifício sede da Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo, reuniram em sessão ordinária a Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo (CIMLT), na sequência de Convocatória efetuada ao abrigo do disposto nos termos da alínea a) do artigo 86.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, de acordo com a Ordem do Dia, antecipadamente divulgada junto de todos os seus deputados. Depois de verificar o quórum o Senhor Presidente deu início à Sessão Ordinária da Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo quando eram vinte e uma horas e trinta minutos.-----

---Estiveram presentes os seguintes membros da Assembleia Intermunicipal da Comunidade da Lezíria do Tejo: José Francisco Correia Afonso Marouço, Gustavo Gaudêncio da Costa, João Miguel Gonçalves Lopes, José Manuel Coutinho Lopes, Fernando Rodrigues Louro, Ana Margarida Vences Rosa do Céu, José Luís Marques dos Santos, Vera Lúcia Bráz dos Santos, António José Fonseca Nobre, Manuel Maria Pereira Valadares Couceiro, Carlos Orlando Mendes Pauleta, Pedro Nuno Simões Pereira, Nuno Manuel David Ganhão Vieira, Pedro Filipe Miranda da Cruz Nobre, José Roque Gameiro dos Santos, Jorge Luciano Gonçalves Nogueira, Délio Modesto Pereira, Rui Miguel Oliveira da Cruz, Artur Fernando Salgado, Mara Lúcia Lagriminha Coelho, Valter Peseiro Jerónimo, Victor Manuel Borges da Costa, Carla Cristina Machado Rodrigues Dias, João Pedro de Aleluia Gomes Sequeira, António Carlos e Silva Antunes Figueiredo, Antónia Maria Falcão Miranda Manso Côrrea, Francisco Caneira Madelino, Nuno Mário da Fonseca Oliveira Antão, Ana Elvira Lucas Calado Batista, Jorge Manuel Costa Santos da Silva, Ramiro José Jerónimo Matos, Paulo Tiago Rodrigues Santos, Joaquim Augusto Queirós Frazão Neto, Tiago Alexandre Freitas Mendes Preguiça e José Luís Marques Cabrita.-

--- Faltaram à sessão António José Ganhão, Fernando Manuel Amaro Pratas, Ana Teresa de Sousa David (apresentou justificação), Nuno Miguel Mota Tomé e Maria Manuel Cardoso Vieira dos Santos (apresentou justificação). A lista de presenças e a justificação dos Senhores Deputados constam de documentos anexos à presente ata. -----

--- Ordem de Trabalhos:-----

--- Período antes da Ordem do Dia.-----

Handwritten signature and initials in red ink.

- **Ordem do Dia:**-----
- 1. Apreciação da Atividade da Comunidade Intermunicipal;-----
- 2. Apreciação e votação de Propostas de Adesão de Entidades à Central de Compras Eletrónicas da CIMLT; -----
- 3. Apreciação e Votação dos documentos de Prestação de Contas do Exercício de dois mil e catorze;-----
- 4. Apreciação e Votação da Proposta de Aplicação do Resultado Líquido do Exercício de dois mil e catorze; -----
- 5. Apreciação e Votação de Proposta de Primeira Revisão ao Orçamento para dois mil e quinze, Plano de Ação – Grandes Opções do Plano dois mil e quinze – dois mil e dezoito e Primeira Alteração ao Mapa de Pessoal para dois mil e quinze. -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

--- Usou da palavra o **Senhor Francisco Caneira Madelino (PS), Presidente da Assembleia Intermunicipal da Comunidade da Lezíria do Tejo**, informando que antes de iniciar a discussão da ordem de trabalhos, existiam algumas questões de ordem burocrática para resolver. Informou que o eleito Pedro Miguel dos Santos Queimado (PS), pediu a renúncia ao mandato. Assim, foi chamado para tomar posse o Senhor Nuno Miguel Mota Tomé (PS). -----

---Passou de seguida para a discussão da Ata da Sessão de dezoito de dezembro de dois mil e treze, da Assembleia Intermunicipal da CIMLVT questionando os Senhores Deputados da existência de objeções ou de alguma proposta de alteração. Havendo inscrições, o Senhor Presidente deu a palavra ao **Senhor Deputado Carlos Orlando Mendes Pauleta (CDU)**, solicitando a alteração a dois parágrafos, mas antes de ir em concreto aos parágrafos fez uma referência genérica às atas. Disse que as atas são de muito difícil leitura ou de compreender aquilo que foram as intervenções na Assembleia. Propõe que de futuro deva haver um pouco mais de cuidado com as atas. Começou por propor: *“na página 19, no 2º parágrafo, na 5ª linha, que começa em “vão ficando” suprimia “um pouco”, portanto, “vão ficando com menos capacidade”. Retirava também “de intervenção”, portanto, “vão ficando com menos capacidade e possibilidade de intervenção” Na linha anterior deveria ter feito esta referência primeiro, no fim da linha diz “as freguesias” é “os Municípios”. Dois parágrafos abaixo, o parágrafo que começa em “O orçamento de estado”, no final da linha suprimia “não apenas na capacidade financeira” e mais adiante no fundo, também, suprimia, e na linha seguinte, substituí, ou seja, ficaria “as suas capacidades que a constituição lhes confere”*. -----

---Usou da palavra o **Senhor Deputado António Carlos e Silva Antunes Figueiredo (CDS-PP)**,



el.
[Handwritten signature]

referindo falta um nome de um deputado que interveio, que não foi ele, mas também não pode ajudar porque também não se lembra. -----

Propôs que a emissão das atas para a aprovação sejam feitas sempre na sessão seguinte. De forma que até para os Senhores Deputados se torna difícil tentar colmatar os erros, e refere que lhe parece uma falha digna de nota, figurar que uma pessoa fale e não se saber quem é. -----

--- Usou da palavra o **Senhor Francisco Caneira Madelino (PS), Presidente da Assembleia Intermunicipal da Comunidade da Lezíria do Tejo**, solicitando aos Senhores Deputados, antes de intervir, tivessem a amabilidade de dizer o seu nome, de forma a permitir que fique registado, em áudio, a intervenção, facilitando a redação da ata. -----

---Não havendo mais nenhuma intervenção o Senhor Presidente colocou à votação a ata da Sessão de dezoito de dezembro de dois mil e treze, a mesma foi **APROVADA POR MAIORIA**, com a seguinte votação: -----

-----VOTOS A FAVOR: 33;-----

-----VOTOS CONTRA: 0; -----

-----ABSTENÇÕES: 2.-----

---O Senhor Presidente, passou de seguida para a discussão da Ata da Sessão de vinte e quatro e nove de dezembro de dois mil e catorze, da Assembleia Intermunicipal da CIMLT, questionando os Senhores Deputados da existência de objeções ou de alguma proposta de alteração. Havendo inscrições, o Senhor Presidente deu a palavra à **Senhora Deputada Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa (CDU)** começando a sua intervenção cumprimentando a mesa, todos os colegas Deputados e demais pessoas. Referindo que as atas têm que refletir exatamente aquilo que se passa na Assembleia. Se a memória não a atraiçoar, inclusivamente, esta ata foi unificada quando a Assembleia foi dividida em dois dias diferentes. As atas têm de ser feitas com mais rigor porque no fundo esta assembleia tem que ter o prestígio que ela merece. A Senhora Deputada absteve-se, na votação da ata anterior, para que não houve-se uma posição de contrariedade, um voto negativo, que de todo não lhe parece conveniente. Mas no futuro, gostaria que as atas refletissem aquilo que devem refletir, porque a continuar assim não voltaria a aprovar uma ata como estas três atas que foram apresentadas. Informou que este é o seu sentido de voto para esclarecer a sua abstenção.-----

--- Usou da palavra o **Senhor Francisco Caneira Madelino (PS), Presidente da Assembleia Intermunicipal da Comunidade da Lezíria do Tejo**, referindo que relativamente à elaboração das atas, existem dois cenários possíveis. Ou as atas, que são as traduções do áudio, com os problemas que foram descritos aqui, e que muitas vezes acabam por trazer problemas até de Português e de



el.
rt
p

redação, porque é uma transcrição direta daquilo que é dito. Se continuar a ser a transcrição de áudio, tem que haver de facto uma releitura para corrigir os erros todos e das formas de expressão das pessoas. Senão torna as atas ilegíveis. Em síntese questionou se as atas são para transcrever todo o áudio ou é para fazer uma proposta de síntese ou não dos trabalhos. Seriam duas coisas distintas. -

---Usou da palavra o **Senhor Deputado Nuno Mário da Fonseca Oliveira Antão (PS)**, referindo que as atas terão que ser aquilo que for gravado. Porque iríamos pedir aos serviços da CIMLT que façam eles as interpretações dos partidos que aqui estão, sobe pena de ainda ficar pior. E depois estar permanentemente a corrigir, se ela fosse sintetizada. Seria preferível que fosse a gravação, mas que possa haver uma correção imediatamente a seguir a ela ser transcrita, para evitar as falhas como foram identificadas numa intervenção de um eleito que não está identificado. Pelo menos os erros mais óbvios de português. -----

---Usou da palavra o **Senhor Deputado Jorge Luciano Gonçalves Nogueira (PSD)**, que colocou uma questão ao Senhor Presidente, disse que tinha pedido a sua substituição de acordo com a lei, no final da segunda folha diz faltaram à sessão fulano tal, fulano tal, entre os quais o senhor deputado está identificado. O Senhor deputado pediu a sua substituição e o seu substituto esteve presente. Assim, solicita alteração na ata. -----

---Usou da palavra o **Senhor Francisco Caneira Madelino (PS), Presidente da Assembleia Intermunicipal da Comunidade da Lezíria do Tejo**, solicitando aos serviços onde consta "todos apresentaram justificação" que seja acrescentado "e todos solicitaram substituição". -----

---Usou da palavra o **Senhor Deputado Carlos Orlando Mendes Pauleta (CDU)**, solicitando a alteração no final da página três, último parágrafo, onde consta "e atas do Conselho Intermunicipal", substituía por "no que respeita às atas da Assembleia Intermunicipal questionou a razão de ainda não terem sido apresentadas à Assembleia". Substituía toda a linha por aquilo que acabou de referir. E depois na penúltima linha anulava "mesmo uma sugestão", ou seja, riscava, por entender que dificulta o trabalho no que respeita à leitura, e substituía o que vem a seguir por "e consequentemente o acompanhamento do" e depois "conselho intermunicipal" e não conselho municipal.-----

---Não havendo mais nenhuma intervenção o Senhor Presidente colocou à votação Ata da Sessão de vinte e quatro e nove de dezembro de dois mil e catorze, a mesma foi **APROVADA POR MAIORIA**, com a seguinte votação: -----

----VOTOS A FAVOR: 32;-----

----VOTOS CONTRA: 0; -----

----ABSTENÇÕES: 3.-----



uf.
[Handwritten signature]
P

---ORDEM DO DIA-----

---Usou da palavra o Senhor Francisco Caneira Madelino (PS), Presidente da Assembleia Intermunicipal da Comunidade da Lezíria do Tejo, dando início ao Período da Ordem do Dia anunciando que deu entrada um Voto de Pesar pelo falecimento do professor Mariano Gago. Deu a palavra ao Senhor Deputado Tiago Alexandre Preguiça (PS), que começou por cumprimentar todos os presentes e passou a ler o Voto de Pesar: "**VOTO DE PESAR - Falecimento do Professor Doutor José Mariano Gago (1948-2015)**". No passado dia 17 de abril faleceu José Mariano Gago, em Lisboa, com 66 anos. Figura incontornável da vida pública portuguesa, o Professor Doutor Mariano Gago impulsionou a ciência em Portugal de forma profunda e inegável, nas últimas décadas. Enquanto Ministro da Ciência e do Ensino Superior contribuiu, com uma notável visão estratégica e com uma postura determinada, para o desenvolvimento do sistema científico e do Ensino Superior nacional em muitas das suas vertentes.-----

Através da sua conceção progressista e impulsionadora do setor científico nacional, tornou-se numa referência política para a ciência e permitiu alterar significativamente as políticas públicas, colocando a ciência na agenda política. Foi responsável pela criação de mecanismos de financiamento e de desenvolvimento da investigação científica e estimulou, de forma notável, a produção científica nacional. -----

Também o distrito de Santarém beneficiou, e muito, com a sua visão estratégica, sendo um dos grandes responsáveis pela construção da Escola Superior de Desporto de Rio Maior, tendo lançado a sua primeira pedra. -----

A Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal da Lezíria, reunida em sessão ordinária, presta o sentido reconhecimento e gratidão pelo contributo académico, cívico, político e público de José Mariano Gago ao longo de toda a sua vida, endereçando à sua família e amigos, as sinceras condolências pelo desaparecimento de um grande vulto da Ciência em Portugal. -----

Pelo seu percurso e exemplo de vida, propõe-se que a Assembleia Intermunicipal delibere:-----

1. Aprovar o presente "Voto de Pesar" pelo falecimento do Professor José Mariano Gago, guardando um minuto de silêncio em sua memória;-----
2. Manifestar à sua família as mais sentidas condolências, transmitindo o teor deste "Voto de Pesar"; -----
3. Que deste voto de pesar seja dado conhecimento aos órgãos de comunicação social da sub-

região e do Distrito.” -----

---Tomou a palavra o **Senhor Francisco Caneira Madelino (PS)**, **Presidente da Assembleia Intermunicipal da Comunidade da Lezíria do Tejo**, perguntando se existia algum comentário ou intervenção sobre o assunto.

---O **Senhor Deputado João Pedro de Aleluia Gomes Sequeira (PS)** pediu a palavra e cumprimentou todos os presentes. Solicitou a palavra para focar uma questão que foi referida pelo Senhor deputado Tiago Preguiça sobre o contributo e o papel do Professor Mariano Gago, na ciência e no ensino superior, no distrito, nomeadamente no processo da Escola Superior de Desporto de Rio Maior. Assim, sublinhou e agradeceu o contributo que o Professor Mariano Gago nesta área específica, sublinhando o seu contributo ao nível regional e, neste caso, ao nível local. -----

---Tomou a palavra o **Senhor Francisco Caneira Madelino (PS)**, **Presidente da Assembleia Intermunicipal da Comunidade da Lezíria do Tejo**, referindo que não houve mais inscrições, propunha a votação do Voto de Pesar pelo falecimento do Professor Mariano Gago. O Voto de Pesar, foi APROVADO POR UNÂNIMIDADE. De seguida propôs que se fizesse um voto de pesar (um minuto de silêncio).-----

---O **Senhor Deputado Rui Miguel Oliveira da Cruz (CDU)** solicitou a palavra ao **Senhor Francisco Caneira Madelino (PS)**, **Presidente da Assembleia Intermunicipal da Comunidade da Lezíria do Tejo**, e apresentou uma declaração intitulada *“Defesa da Água Pública – O ataque às conquistas de Abril Como vimos afirmando, não parece haver qualquer dúvida sobre o facto de a água ser um elemento essencial à vida, pelo que não é indiferente considerar se o sector da água é dominado pelo Estado e pelas autarquias (a quem cabe garantir os direitos dos seus cidadãos e assumir o princípio da solidariedade, a defesa do ambiente e a qualidade de vida das populações), ou se é dominado por empresas privadas, que têm como primeiro objectivo o lucro e a maximização desse lucro. -----*

Neste sentido, como eleitos autárquicos, e preservando a autonomia do poder local democrático cabe a todos nós: -----

- *Promover o esclarecimento e a mobilização das populações em defesa da água pública, contra quaisquer objectivos de privatização. -----*
- *Desenvolver a concretização de um processo de resistência e oposição, que recuse a verticalização, a agregação ou a fusão, agindo política e juridicamente, exigindo o cumprimento dos pressupostos dos acordos de adesão e o respeito pela vontade e deliberações dos municípios.---*



cel.
[Handwritten signature]

- *Incentivar os municípios a reforçarem o desenvolvimento de uma gestão municipal dos sistemas de água e saneamento, com boas práticas de gestão das redes, visando a sua melhoria e eficiência, a eliminação de perdas, o combate à subfacturação e fraude, com vista a assegurar a sua sustentabilidade económica, financeira e social, que recuse imposições por parte de entidades, sejam elas quais forem; tenha em conta uma evolução das tarifas, quando necessário, evoluindo de forma progressiva e sempre dentro de patamares de acessibilidade socialmente aceitáveis; a consideração de que o financiamento não deve prescindir de fundos públicos, sendo que parte poderá ser suportada pelos orçamentos municipais.* -----

- *Assumir uma postura, tendo em vista assegurar a sustentabilidade dos sistemas que também passa pela recusa do processo de reestruturação em curso e pela tomada de medidas que eliminem encargos sem qualquer justificação.* -----

- *Exigir que sejam mobilizados para o sector os adequados financiamentos, a título não reembolsável, do próximo período de programação comunitária.* -----

- *Solicitar à Associação Nacional de Municípios Portugueses a tomada de medidas e desenvolvimento de todas as acções ao seu alcance, no plano institucional, político e judicial, para impedir a aprovação dos Decretos-leis relativos às fusões, na defesa intransigente das populações, do serviço público de água e de saneamento e da autonomia do poder local democrático."* -----

---O Senhor Francisco Caneira Madelino (PS), Presidente da Assembleia Intermunicipal da Comunidade da Lezíria do Tejo, questionou se havia mais alguma inscrição e como não havia passou para o Período antes da Ordem do Dia e solicitou as inscrições para o **Ponto Um - Apreciação da Atividade da Comunidade Intermunicipal**. Após as inscrições o Senhor Presidente deu a palavra ao Senhor Pedro Miguel César Ribeiro, Presidente da Comunidade Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo, que começou por cumprimentar todos os presentes. Referiu que todos os Senhores Deputados tinham na sua posse o relatório de atividades e disponibilizou-se a esclarecer qualquer pergunta. Informou também da ausência do Dr. António Torres, Primeiro-Secretário da CIMLT, que por ter sido submetido a uma intervenção cirúrgica, não poderia estar presente. Eventualmente se houvesse alguma pergunta mais específica, que não conseguisse responder à primeira, os Senhores Deputados seriam informados posteriormente.

---Usou da palavra o Senhor Deputado Carlos Orlando Mendes Pauleta (CDU) que cumprimentou



el.
P

todos os presentes. Começou por manifestar a sua opinião sobre o facto de a Comunidade ir contratar uma prestação de serviços para apoio à CCE, que no fundo, consubstancia um recrutamento de pessoal. Referiu que o exposto anteriormente era feito por ajuste direto a um indivíduo. Na sua opinião estas coisas deviam ser feitas de outra forma, não deveria ser uma prestação de serviços, e não recorrendo a este mecanismo. Referiu que é a sua opinião, que pode não estar suficientemente informado mas, em princípio, daquilo que leu, não está de acordo com o procedimento.-----

---Quanto à atividade propriamente dita, o Senhor Deputado, colocou várias questões. Solicitou o acesso a alguns estudos que foram feitos, para melhor compreensão, relativamente ao trabalho desenvolvido pelo Conselho Intermunicipal. O primeiro prende-se com o estudo de viabilidade para a gestão integrada dos resíduos sólidos urbanos da Lezíria do Tejo. A segunda questão à qual solicitou informação sobre os planos municipais de segurança rodoviária, que crê que já avançou mais alguma coisa e consideraria útil conhecer, para estarem informados. Por último, não sabendo se já está finalizado, no relatório aparece como um projeto que se encontra praticamente finalizado, sobre o projeto para as atividades relacionadas com as áreas de vocação turística. Deu assim por terminada a sua intervenção solicitando resposta ao Senhor Presidente da CIMLT às suas questões.-----

---O **Senhor Deputado Tiago Alexandre Preguiça (PS)**, tomou a palavra e começou a sua intervenção dando uma nota de parabéns e congratulando o Conselho Intermunicipal e todas as entidades envolvidas, nesta aura de esperança que existe no concelho de Santarém e em toda a região, num centro de excelência de agricultura e agroindústria, da Fonte Boa, no Vale de Santarém. Considera que é um excelente começo, pelo menos os pressupostos seriam muito bons, para que este centro seja uma realidade.-----

---Em segundo lugar colocou uma questão relativa ao Relatório de Atividades. Referiu que no dia oito de abril, o Senhor Primeiro-Secretário reuniu com o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Santarém, devido ao estudo de viabilidade relativamente à integração das Águas de Santarém nas Águas do Ribatejo. Face ao que foi referido, o Senhor Deputado questionou em que ponto é estaria a situação.-----

---Não havendo mais nenhuma inscrição, **Senhor Francisco Caneira Madelino (PS), Presidente da Assembleia Intermunicipal da Comunidade da Lezíria do Tejo**, passou a palavra ao **Senhor Pedro Miguel César Ribeiro, Presidente da Comunidade Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo**, referindo que sobre a intervenção do **Senhor Deputado Carlos Orlando Mendes Pauleta (CDU)**, ele também concorda e preferia que fosse de outra forma. No entanto, esperamos



Handwritten signature and initials in red ink.

que no futuro se consiga estabilizar de outra forma as pessoas que prestam serviços. -----

---Depois falou em relação aos estudos, para responder aos **Senhor Deputado Carlos Orlando Mendes Pauleta (CDU)** e **Senhor Deputado Tiago Alexandre Preguiça (PS)**, referiu que tinha a ver com o seguinte: *"Nós ao nível da CIMLT, e sobretudo do seu conselho, temos vindo a fazer efetivamente um conjunto de estudos, estudos esses que nas esmagadora maioria dos casos, daqueles que aqui foram referidos, quase todos, não estão concluídos. Mesmo depois de estarem concluídos tem que passar naturalmente pelo Conselho Intermunicipal, para nós tomarmos decisões que são decisões políticas. E eu enuncio vários. A questão da viabilidade dos RSU's aquilo que está a ser estudado são várias hipóteses com várias variáveis que tem a integração ou não de vários municípios, alguns desses municípios não por vontade própria da Senhora Presidente em causa, mas porque alguns têm concessões, concursos a decorrer, etc. E portanto, os estudos não estão finalizados porque também ainda não decidimos algumas questões. Em relação às AVT's, esse está praticamente finalizado, já houve algumas reuniões com a CCDR e há aqui algumas questões que a CCDR tem vindo a levantar que a nós não nos parece que tenham a interpretação que lhe querem dar. Portanto há neste momento um conjunto de reuniões que tem decorrido dentro da CCDR e o Arquiteto Bruno Soares. Neste momento da nossa parte as questões estão estabilizadas. Não o estão por parte da CCDR."* -----

---Em relação aos Planos Municipais de Segurança Rodoviária, o **Senhor Pedro Miguel César Ribeiro, Presidente da Comunidade Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo**, disse que tem reunido com um conjunto de pessoas, entidades, autoridades, e esperava que, em breve, surgisse uma definição que não depende da CIMLT. Assim, disse, que não gostava de anunciar alguma coisa porque não dependem efetivamente apenas de "nós próprios". Referiu que foi o que aconteceu com o Centro de Excelência da Agricultura e da Agroindústria, que demorou mais de um ano a trabalhar, mas os resultados foram bons. -----

---No que se refere à integração das Águas do Ribatejo e as Águas de Santarém, na qual esteve presente o Senhor Primeiro-Secretário, Dr. António Torres, logo não pode dar nenhum esclarecimento. Referiu ainda que, enquanto membro das Águas do Ribatejo, tem a certeza que se for bom para ambas as entidades que as coisas vão correr bem. Realçou a filosofia das Águas do Ribatejo que é não querer privados na sua gestão e que os Estatutos estão para ser alterados. -----

---Usou da palavra o **Senhor Francisco Caneira Madelino, Presidente da Assembleia Intermunicipal da Comunidade da Lezíria do Tejo**, que deu por encerrada a discussão do Ponto um - **Apreciação da**



Handwritten signature and initials in red ink.

atividade da Comunidade Intermunicipal, mencionou o Ponto dois - **Apreciação e votação de Propostas de Adesão de Entidades à Central de Compras Eletrónicas da CIMLT** e solicitou as inscrições. Após as inscrições, o Senhor Presidente passou a palavra ao **Senhor Pedro Miguel César Ribeiro, Presidente da Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo**, referiu que todos os Senhores Deputados tinham na sua posse os documentos, disponibilizando-se a esclarecer qualquer questão. -----

---Usou da palavra o **Senhor Deputado António Carlos e Silva Antunes Figueiredo (CDS-PP)**, que questionou a que entidades se destina, se se trata de entidades de natureza pública administrativa (juntas de freguesia), entidades de solidariedade social e/ou a associações humanitárias. Terminou agradecendo. -----

---Usou da palavra o **Senhor Deputado João Miguel Gonçalves Lopes (PSD)**, que cumprimentou todos os presentes. Salientou que também pretende saber a resposta à pergunta que o Senhor António Carlos e Silva Antunes Figueiredo (CDS-PP), colocou anteriormente. Passou de seguida por fazer um comentário sobre a CCE. A CCE apresentou uma declaração assinada pela diretora do projeto, Maria Beatriz Abrantes Melo, e que ao mesmo tempo, enquanto funcionária da CIMLT, fez uma proposta para um despacho assinado por uma Técnica Superior chamada Maria Beatriz Abrantes Melo. Frisou que não deveria ter sido a mesma funcionária a fazer o mesmo despacho. -----

---Usou da palavra o **Senhor Pedro Miguel César Ribeiro, Presidente da Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo**, referindo que até certo ponto concorda com o Senhor João Miguel Gonçalves Lopes (PSD) mas essa situação só aconteceu porque existe falta de pessoal logo nem sempre se consegue fazer a segregação de funções. -----

---Respondendo à pergunta apresentada pelo Senhor Deputado António Carlos e Silva Antunes Figueiredo (CDS-PP), as entidades que podem vir a participar na CCE, são as juntas de freguesia, as associações humanitárias e IPSS dos concelhos que fazem parte da Comunidade Intermunicipal. Existe uma aprovação genérica para que as entidades poderem vir a participar na CCE da Comunidade. -----

---Usou da palavra o **Senhor Deputado António Carlos e Silva Antunes Figueiredo (CDS-PP)**, referindo que aquilo que entendeu que é uma intenção genérica para juntas de freguesia, associações humanitárias e IPSS. Não obstante, e enquadrando o regulamento orgânico da CCE da CIMLT, o artigo 6.º o número 3 "*podem ainda ficar abrangidas pelo âmbito objetivo da CIMLT outras entidades submetidas ao regime de Códigos de Contratos Públicos, nomeadamente outros municípios, serviços municipalizados, entidades que integrem os diversos setores empresariais locais e as freguesias*". No imediato não é necessário uma autorização específica para as freguesias. "desde



cel.
[Handwritten signature]

que manifestem a vontade de integração, o que implica aceitação dos princípios da CIM e do presente regulamento". Quis dizer que no seu entender não é necessário a Assembleia dar uma autorização genérica porque a mesma já fez a aprovação do regulamento. Por outro lado, diz que não figura no regulamento a possibilidade de entidades que não sejam submetidas ao Código dos Contratos Públicos. No entender do Senhor Deputado, esta autorização carece, para ser dada pela Assembleia, de uma aprovação de uma alteração ao n.º 3 do artigo 6.º. -----

---Usou da palavra o **Senhor Francisco Caneira Madelino, Presidente da Assembleia Intermunicipal da Comunidade da Lezíria do Tejo**, tentando clarificar o ponto que está em discussão. Existe um conjunto de entidades que estão sujeitas ao regime dos contratos públicos mesmo não pertencendo ao código, mesmo não sendo entidades administrativas. Referiu que um dos critérios é que as entidades com mais de setenta e cinco por cento de receitas provenham de fundos públicos, onde se inserem IPSS, associações humanitárias e outras. Não precisam de estar no universo de entidades administrativas para estar sujeitas a tudo aquilo que tem a ver com o regime de aquisição de bens públicos. Todas as entidades cujo mais de setenta e cinco por cento da sua receita provenham de fundos públicos estão sujeitas a todas as regras de contratação da administração pública. Embora o regulamento possa admitir tem que haver sempre uma autorização porque isto é um sistema que implica custos. -----

---O Senhor Presidente alertou para a violação de uma das regras básicas, o princípio da segregação de funções. -----

---Usou da palavra o **Senhor Deputado António Carlos e Silva Antunes Figueiredo (CDS-PP)**, referindo que ficou mais ou menos esclarecido mas não entende se já o próprio regulamento dá autorização para este tipo de entidades. -----

---Usou da palavra o **Senhor Pedro Miguel César Ribeiro, Presidente da Comunidade Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo**, referindo que havendo tantas dúvidas que **retira a proposta** e vai ser apresentada posteriormente, com parecer jurídico, para solucionar todas as questões que foram levantadas. -----

---Usou da palavra o **Senhor Francisco Caneira Madelino, Presidente da Assembleia Intermunicipal da Comunidade da Lezíria do Tejo**, que passou para a leitura do **Ponto três - Apreciação e Votação dos documentos de Prestação de Contas do Exercício de dois mil e catorze**, e solicitou as inscrições. Após as inscrições, o Senhor Presidente deu a palavra ao **Senhor Pedro Miguel César Ribeiro, Presidente da Comunidade Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo**, referiu que todos os Senhores Deputados tinham na sua posse os documentos, disponibilizando-se a esclarecer qualquer questão. -----

ul.
[Handwritten signature]

---Usou da palavra o **Senhor Deputado João Miguel Gonçalves Lopes (PSD)**,referindo que relativamente às contas e sendo as contas uma análise áquilo que o executivo se propunha ou não a fazer, fez alguns comentários/questões que gostaria de ver esclarecidos. -----

--- Iniciou a análise pelos Gastos com o Pessoal que estava orçamentado treze por cento do que foi efetivamente realizado. Como a rubrica de Gastos com o Pessoal não costuma ser uma rubrica de grandes variações, questionam a razão deste montante treze por cento abaixo. Fez nota relativamente às Aquisições de Bens de Capital, na rubrica das Despesas de Investimento no qual o montante foi de duzentos e quarenta mil euros. Estava previsto no orçamento que fosse de trezentos e vinte e oito mil euros (vinte e dois por cento a menos). Assim querem saber a razão desta não realização e do motivo dos vinte e dois por cento a menos. Fez nota também que em dois mil e catorze, e desde o ano de dois mil e cinco, o valor com Estudos, Pareceres, Projetos e Consultoria, de duzentos e noventa e quatro mil euros, foi o segundo ano com valores mais elevados. Portanto, como não se está na fase dos grandes projetos como as Águas do Ribatejo e Portugal 2020 ainda não estava aberto em dois mil e catorze, solicitam esclarecimentos onde foi efetivamente gasto a verba tão elevada.-

Referiu ainda, os Outros Trabalhos Independentes Especializados que tipicamente também tem alguma associação a trabalhos independentes altamente especializados, também apresentou o valor mais alto de sempre, duzentos e cinquenta e três mil euros. -----

---O Senhor deputado fez ainda uma nota menos positiva relativamente ao desempenho a nível do saldo corrente. A CIMLT, vive acima de tudo das transferências dos seus Municípios que suportam toda a estrutura administrativa comum, assumida como boa para todos, no entanto, no ano de dois mil e catorze, as Receitas Correntes pouco aumentaram mas as Despesas Correntes aumentaram significativamente e o saldo corrente foi de menos cento e oitenta e um mil euros, em relação às despesas. Diferença esta que significa um défice de onze por cento. Querem saber a razão deste défice. Se foi uma coisa do ano de dois mil e catorze ou se foi estrutural. -----

---A mesma situação acontece, a um nível muito mais gravoso, quando se olha para o saldo orçamental total. No caso anteriormente referido, o total das Despesas Orçamentais passou de um milhão cento e sessenta e quatro para um milhão quatrocentos e noventa e um. O saldo orçamental é de menos quatrocentos e três mil, ou seja, vinte e um por cento da despesa. Pretendem saber se existe alguma coisa com a qual se devam preocupar ou o que realmente aconteceu. -----

---Por último, o Senhor Deputado refere que têm muitas dúvidas em relação ao documento que está em discussão, relativamente a um aspeto, e que deveria ser bastante linear. Chamou a atenção aos Senhores Deputados que no ano dois mil e treze houve um saldo da Gerência aprovado e que passou



el.
R

para a Gerência seguinte, no montante de um milhão duzentos e vinte e sete mil quinhentos e setenta e nove euros e vinte e oito cêntimos, dos quais, o saldo orçamental é um milhão duzentos e dezassete mil seiscentos e dez euros e trinta e seis cêntimos. Até aqui normal. Se formos à página vinte e cinco do Relatório e Contas aqui apresentado, o saldo que vem de dois mil e treze e que foi incorporado para a Gerência de dois mil e catorze, está em consonância com o que foi dito anteriormente. Se for à página oitenta e três e oitenta e quatro, ver os mapas a nível das receitas já diz que o saldo da Gerência anterior são duzentos e trinta e oito mil e vinte euros, do ano de dois mil e treze. Se formos aos Fluxos de Caixa, nas páginas cem, temos um valor de um milhão duzentos e dezassete mil seiscentos e dez vírgula trinta e seis, no ano de dois mil e treze. Indo à página cento e cinco, onde se encontra o resumo, é exatamente o mesmo número. Chegando ao valor das revisões orçamentais, e se for ver a revisão orçamental que foi aprovada no ano passado, o montante que lá está é de duzentos e trinta e oito mil e vinte euros. Do lado da Receita como do lado da Despesa. Se for ao Balanço, na página trinta e seis, verifica-se que o dinheiro disponível, em Caixa e Bancos, que vem do ano anterior, é de milhão duzentos e vinte e sete mil quinhentos e setenta e nove vírgula vinte e oito. Referiu que existe alguma disparidade de verbas. Aparentemente não tem a ver com o saldo de Gerência seguinte total e com a diferença do saldo para a Gerência seguinte, do ponto de vista Orçamental. A questão que colocou foi de onde vêm estes duzentos e trinta e oito mil e vinte. Pretende saber o porquê desta divergência uma vez que a verba parece bastante clara. -----

---Tomou a palavra o **Senhor Pedro Miguel César Ribeiro, Presidente da Comunidade Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo**, respondendo às questões relativos aos Estudos, Pareceres, Projetos e Consultoria, quando se fala do ano de dois mil e seis, foi o ano que antecedeu ao QREN. Este ano, houve efetivamente muitos gastos nesta rubrica, infelizmente, a CIMLT vai continuar a ter, porque Portugal 2020, está feito para Consultores. O Senhor Presidente deu o exemplo, nomeadamente, tem a ver com as questões da Requalificação Urbana que vai ter de haver um estudo de mobilidade da CIMLT para que os Municípios se possam candidatar para a Requalificação Urbana. Este estudo tem de ser aprovado pelo IMTT e demora quase dois anos a fazer. Têm de existir estudos nomeadamente para as questões da Contratualização mas é normal que nos períodos que antecedem as Programações de Quadros Comunitários estes valores aumentem.-----

---No que diz respeito às Receitas, o Senhor Presidente, referiu que existe um conjunto de valores que era suposto terem sido comparticipados e não foram, quase quinhentos e cinquenta mil euros, nomeadamente, a Assistência Técnica que representou mais de cem mil euros que só vieram este ano; um conjunto de quotizações de algumas entidades associadas da comunidade que, fruto do

cel.
vst
p

PAEL, era previsível serem contabilizadas no ano passado e não foram; comparticipações nacionais quer através da CCE de um conjunto de concursos que foram lançados diretamente pela CIMLT, cuja comparticipação nacional virá depois para a Comunidade e que os fundos estão atrasados. -----

---Quanto às Despesas com o Pessoal, teve a ver com alguma indefinição da SRU. As Despesas que não foram realizadas foram o software e o hardware, as mais relevantes. -----

---No que se refere aos valores, estes estão em consonância, o valor de um milhão duzentos e vinte e sete mil, inclui uma componente de operações de tesouraria e orçamental. Quanto às operações orçamentais, é aquela que é distribuível, isto é, é passível de utilização por via de uma revisão orçamental, que é um milhão duzentos e dezassete mil seiscentos e dez vírgula trinta e seis, o Conselho Intermunicipal e esta Assembleia quando votou a Revisão Orçamental, optaram por apenas utilizar duzentos e trinta e oito mil e vinte euros. Esta utilização total ou parcial é possível e é contabilizável. A opção foi não utilizar o saldo integralmente mas sim ir utilizando à medida das necessidades. A quebra que se verifica na ordem dos quatrocentos mil euros face ao exercício anterior no saldo orçamental pode verificar uma utilização do saldo do exercício anterior aos duzentos e trinta e oito mil euros.-----

---Não havendo nenhuma questão, usou da palavra o **Senhor Francisco Caneira Madelino, Presidente da Assembleia Intermunicipal da Comunidade da Lezíria do Tejo**, colocando à votação o **Ponto três - Apreciação e Votação dos documentos de Prestação de Contas do Exercício de dois mil e catorze**, que foi **APROVADA POR UNANIMIDADE**.-----

---Usou da palavra o **Senhor Francisco Caneira Madelino, Presidente da Assembleia Intermunicipal da Comunidade da Lezíria do Tejo**, que passou ler o **Ponto quatro – Apreciação e Votação da Proposta de Aplicação do Resultado Líquido do Exercício de dois mil e catorze**, e solicitou as inscrições. Após as inscrições, o Senhor Presidente deu a palavra ao **Senhor Pedro Miguel César Ribeiro, Presidente da Comunidade Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo**, referiu que todos os Senhores Deputados tinham na sua posse os documentos, disponibilizando-se a esclarecer qualquer questão. -----

---Não se verificou nenhuma inscrição, o **Senhor Francisco Caneira Madelino, Presidente da Assembleia Intermunicipal da Comunidade da Lezíria do Tejo**, que submeteu à votação a **Proposta de Aplicação do Resultado Líquido do Exercício de dois mil e catorze**, a mesma foi **APROVADA POR UNANIMIDADE**. -----

---Usou da palavra o **Senhor Francisco Caneira Madelino, Presidente da Assembleia Intermunicipal da Comunidade da Lezíria do Tejo**, que passou a ler o **Ponto cinco - Apreciação e Votação de Proposta de Primeira Revisão ao Orçamento para dois mil e quinze, Plano de Ação – Grandes**

el.
[Handwritten signature]

Opções do Plano dois mil e quinze – dois mil e dezoito e Primeira Alteração ao Mapa de Pessoal para dois mil e quinze, e solicitou as inscrições. Após as inscrições, o Senhor Presidente deu a palavra ao **Senhor Pedro Miguel César Ribeiro, Presidente da Comunidade Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo**, referiu que todos os Senhores Deputados tinham na sua posse os documentos, disponibilizando-se a esclarecer qualquer questão. -----

---Usou da palavra o **Senhor Deputado João Miguel Gonçalves Lopes (PSD)**, referindo que a Revisão Orçamental é a primeira do ano de dois mil e quinze, tendo também a ver com a divergência dos valores, cento e trinta e oito zero vinte, foi aprovado nas revisões orçamentais do ano passado e um milhão cento e dezassete mil seiscentos e dez euros e trinta e seis cêntimos, era o valor que poderia ter sido aumentado. Então, esta revisão orçamental tem zero de incorporação do saldo. A questão prende-se se o Executivo pretende *á posteriori* fazer algum uso da verba. Porque no fundo apenas está a reclassificar verbas como se fosse uma alteração orçamental e não uma revisão. Pretende saber um pouco mais sobre estes dois novos funcionários (parece que tem a ver com o Arquivo Distrital de Santarém) pode estar a fazer alguma confusão. Terminou a sua intervenção agradecendo. -----

---Tomou a palavra o **Senhor Pedro Miguel César Ribeiro, Presidente da Comunidade Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo**, respondendo ao Senhor Deputado. Começou por referir que realmente houve alterações ao saldo mas a CIMLT está, neste momento, com um conjunto de perspetivas daquilo que são os investimentos a fazer, estão naturalmente muito dependentes do Portugal 2020. -----

---Relativamente ao Mapa de Pessoal, o **Senhor Pedro Miguel César Ribeiro, Presidente da Comunidade Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo**, referiu que efetivamente é para incorporar duas pessoas que vêm da antiga Assembleia Distrital. A CIMLT recebe as pessoas e o património e depois haverá uma assembleia intermunicipal extraordinária onde se vai propor que essas pessoas, esse património e o respetivo saldo (uma centenas de milhares de euros) passe para esta Associação de Municípios. -----

---Usou da palavra o **Senhor Francisco Caneira Madelino, Presidente da Assembleia Intermunicipal da Comunidade da Lezíria do Tejo**, depois de verificar que não existia mais nenhuma inscrição, submeteu à votação o **Ponto cinco - Apreciação e Votação de Proposta de Primeira Revisão ao Orçamento para dois mil e quinze, Plano de Ação – Grandes Opções do Plano dois mil e quinze – dois mil e dezoito e Primeira Alteração ao Mapa de Pessoal para dois mil e quinze**, a mesma foi **APROVADA POR UNÂNIMIDADE**. -----

---As deliberações constantes desta ata foram aprovadas, em minuta, para efeitos de executoriedade



CIMLT

COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA LEZÍRIA DO TEJO

imediata. -----

---Não havendo mais assuntos a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a sessão, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pela Mesa da Assembleia Intermunicipal.

---O PRESIDENTE

Fernando Assunção

---O VICE PRESIDENTE

João Almeida

---O SECRETÁRIO

João Almeida

